

REQUERIMENTO
(Do Sr. Deputado Leo de Brito)

Requer a realização de audiência pública na Comissão de Fiscalização Financeira e Controle para que seja aberto ao público debate sobre as consequências da Pandemia da Covid para o desenvolvimento social no Brasil.

Sr. Coordenador:

Com fundamento no art. 255 do Regimento Interno, requeiro a V. Exa. que, ouvido o Plenário desta comissão, sejam convidados a comparecer a este órgão técnico, em reunião de audiência pública a realizar-se em data a ser agendada:

- ✓ Representante do Ministério da Economia;
- ✓ Representante do Ministério da Cidadania;
- ✓ Representante da ONU no Brasil;
- ✓ Professor Doutor em Economia da Universidade Estadual de Campinas - Márcio Porschmann;
- ✓ Ex- Ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e consultora internacional em desenvolvimento e proteção social - Tereza Campello;
- ✓ Professor Doutor em Direito da Universidade de Brasília - Valcir Gassen;



JUSTIFICAÇÃO

Relatório inédito divulgado nesta quarta-feira, dia 29 de setembro, pela Organização das Nações Unidas (ONU) mostra que, embora a pandemia tenha atingido todos os países, as consequências devem ser piores para as nações com maior desigualdade social, como o Brasil.

O documento reconhece que o país acumula progressos nos índices de desenvolvimento humano, mas ressalva que a pandemia de Covid deve gerar retrocessos em conquistas sociais e econômicas históricas.

No estudo, pesquisadores selecionaram 94 indicadores com o objetivo de mostrar como estava o Brasil quando a pandemia chegou, no início de 2020. Os resultados apontam fragilidades estruturais e questões sensíveis para o enfrentamento da crise sanitária, econômica e social que atingiu o país nos meses seguintes.

O relatório foi elaborado por especialistas do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e da Organização Pan-Americana de Saúde (Opas).

O documento cita dados divulgados em fevereiro pelo Núcleo de Saúde Pública da UFRJ. De acordo com esse levantamento, a letalidade entre pacientes internados com casos confirmados de Covid foi de 56% entre brancos e de 79% entre não brancos.

Ao classificar os óbitos pelo nível de escolaridade das vítimas, os números mostraram:

71% de óbitos entre os sem escolaridade;



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Leo de Brito
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD216129946700>

59% entre os que cursaram até o 5º ano (ensino fundamental 1);
48% entre os que cursaram até o 9º ano (ensino fundamental 2);
35% entre os que cursaram até o ensino médio;
22% para os pacientes que tinham nível superior.

O relatório constata que, embora seja considerado um país de alto Índice de Desenvolvimento Humano (0,778), o Brasil ainda não conseguiu sanar necessidades básicas da população – o que resulta na existência simultânea de vários “Brasis”.

Antes da pandemia, o Brasil já tinha 6,5% de sua população – ou seja, 13,5 milhões de brasileiros – vivendo abaixo da linha de extrema pobreza. Em alguns estados, como Alagoas e Maranhão, o percentual de brasileiros com renda mensal per capita inferior a R\$ 145 (ou US\$ 1,90 por dia, como adota o Banco Mundial), era superior a 15%.

Sala das Comissões, 29 de setembro de 2021.

Dep. Leo de Brito PT/AC



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Leo de Brito
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD216129946700>

